

**GESTÃO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE A
APROPRIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER NO
PARQUE ARARIGBÓIA EM PORTO ALEGRE/RS**

Recebido em: 24/11/2015

Aceito em: 03/05/2016

Leandro Forell

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Porto Alegre – RS – Brasil

Marco Paulo Stigger

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre – RS – Brasil

RESUMO: O presente artigo procura discutir a constituição da noção de participação da sociedade na gestão de políticas de esporte e de lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre. O trabalho foi construído a partir de uma etnografia na qual foi realizado um trabalho de campo de aproximadamente dois anos quando se produziram diários de campo e entrevistas semi-estruturadas como forma de produção de informações. Apresenta no primeiro momento uma contextualização histórica das políticas na cidade como um todo. Posteriormente é discutida a apropriação do processo de gestão pela comunidade, em que foram evidenciadas relações com diferentes teorias democráticas. Conclui que existe a caracterização de um hibridismo em que há a alternância de diferentes noções de democracia dependendo da situação.

PALAVRAS CHAVE: Atividades de Lazer. Democracia. Políticas Públicas. Antropologia Cultural.

**MANAGEMENT AND DEMOCRACY: AN ETHNOGRAPHIC STUDY
ABOUT THE APPROPRIATION PUBLIC SPORT
AND RECREATION POLICY AT ARARIGBÓIA PUBLIC PARK, IN THE
CITY OF PORTO ALEGRE/RS**

ABSTRACT: The present paper aims at discussing how the notion of social participation in the administration of sports and recreation policy has been instituted in Ararigbóia Park in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The paper has been written based on an ethnographic study through a field work of nearly two years, when, to preserve field information, some journals and semi-structured interviews have been produced. At first, some historical context about the city's policies has been made. Later, how the process of appropriation of management by the community has been discussed, when it became evident some relations with different democratic theories. The conclusion has been that there is some characterization of hybridism with different notions about democracy, which depend on the situation.

KEYWORDS: Leisure Activities. Democracy. Public Policies. Anthropology, Cultural.

Introdução

Numa democracia, onde devem ser atendidas devidamente, tôdas as necessidades essenciais do indivíduo, é cometido um grande êrro, quando se esquece de promover a recreação sadia e educativa do povo. O setor governamental que, por obrigação, cuida da educação infantil, pouco ou nada prevê para a recreação (GAELZER, 1951 *apoud* FEIX, 2003) ¹.

Problematizar a dimensão democrática das políticas públicas é algo bastante recorrente, tendo em vista que a maioria da legislação pós constituição de 1988 aponta para o dialogo com este princípio constitucional. Por outro lado, há uma utilização múltipla do termo, sendo que, dependendo da situação, a expressão é tão abrangente que praticamente todas as práticas se transformam em 'democráticas'.

Outra formulação bastante observada é o esforço para construir uma escala democrática. Ou seja, se comparariam práticas sociais e, a partir de uma comparação, se enquadraria determinada 'coisa' e se diria que ela é (ou menos) mais democrática do que outra. Compreendemos que ao utilizar uma determinada normatividade é possível fazer este movimento classificatório, mas o grande problema é que as normatividades são contraditórias em função da perspectiva teórica que se utiliza. Ao invés disso, procuraremos demonstrar que diferentes noções de democracia atravessam um mesmo espaço, e que a apropriação destas noções não é linear. Procuramos, assim, compreender este fenômeno social de uma forma densa (GEERTZ, 1989), ou seja, pelo ponto de vista

¹ Algumas palavras nesta citação possuem grafia não corrigida em função de respeitar o acordo ortográfico em vigência na época.

das pessoas que são as protagonistas nesses processos, e nos significados produzidos pela cultura local.

Desse ponto de vista, nesse artigo temos o objetivo de problematizar a constituição histórica da noção de participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Para tal utilizaremos, como exemplo descritivo, uma análise realizada no Parque Ararigóia em Porto Alegre, RS. Esta escolha se justifica pelas reiteradas narrativas positivas sobre a participação da comunidade nesse espaço urbano. Um exemplo disso são as conquistas estruturais concretas - como construção de ginásio e a iluminação de um campo de futebol - que são atribuídas ao protagonismo da população vinculada àquele parque no processo de participação nas Políticas Públicas de Esporte e de Lazer na cidade de Porto Alegre.

Propomos apresentar, daqui em diante, a descrição de uma política pública que a cidade de Porto Alegre vem promovendo junto aos seus cidadãos através do atendimento em praças e parques com intervenções docentes no âmbito do esporte, lazer e recreação.

Pensamos que seja importante contextualizar as práticas sociais realizadas no Parque. Sem querer dizer que o presente é reflexo do passado em uma lógica de causa e efeito, há necessidade, aqui, de referendar princípios etnográficos comprometidos com uma interpretação da realidade desprendida da noção de equilíbrio sistêmico e de afirmação das constituições históricas:

As sociedades reais existem no tempo e no espaço. A situação demográfica, ecológica, econômica e de política externa não se estrutura em num ambiente fixo, mas num ambiente de constante mudança. Toda sociedade real é um processo no tempo (LEACH, 1996, p.69).

A necessidade deste tipo de descrição se faz importante na tentativa de romper com um funcionalismo a-histórico, que se preocupa com as lógicas descritas como se elas explicassem por si mesmas a realidade. A intenção aqui não é fazer um artigo histórico, mas sim selecionar informações de pesquisas históricas sobre as políticas de esporte e lazer de Porto Alegre, articuladas com alguns dados empíricos, principalmente no que se relaciona ao Parque Ararigóia.

Do ponto de vista metodológico, reiteramos que as informações apresentadas foram construídas ao longo de um trabalho etnográfico que cerca de dois anos sendo que no decorrer deste trabalho foram escritos diários de campo (WINKIN, 1998) e realizadas entrevistas semi-estruturadas (TRIVIÑOS, 1987).

O artigo se divide em duas grandes seções, onde na primeira se realiza um resgate de informações históricas significativas para a compreensão do contexto. Na segunda seção procuramos estabelecer relações entre os dados empíricos pesquisados e noções de democracia, tendo em vista que elas apontam para diferentes formas de participação e de cidadania.

Notas Históricas Sobre a Política Pública de Esporte e Lazer de Porto Alegre

A Porto Alegre do início de século vinte estava passando por um profundo processo de modernização² das relações sociais e econômicas. No âmbito das práticas corporais, a influência da colonização germânica é importante no sentido de valorização simbólica deste tipo de disposição para agir publicamente. Esse processo de germanização que se inicia no século dezenove, proporciona a fundação de sociedades e

² Compreendemos a modernização da cidade a partir da perspectiva da crescente industrialização da economia local e com a emergências de novas formas de sociabilidade advindas deste processo (LORIS, 2003)

clubes que, de forma associativista, desenvolvem em seu interior práticas corporais como ginástica, remo, tiro, ciclismo, e até futebol (MAZO; GAYA, 2006).

Pautado pela lógica da industrialização, o clima da cidade estava se transformando e a narrativa de abandonar o atraso e ingressar em um sistema produtivo mais globalizado ‘fazia a cabeça da burguesia da época’. Para os pobres, ter a oportunidade de se transformar em trabalhadores/operários também era um ganho de capital simbólico. Logo, este processo suscita uma nova forma de viver e de pensar a cidade (LORIS, 2003).

O Governo de José Montauray (1896 - 1924) avançou no sentido de resolver alguns problemas da cidade, como a construção de um sistema de esgoto e a consolidação do Plano Geral de Melhoramentos, desenvolvido pelo arquiteto Moreira Maciel, em 1914. Além disso, neste período, o Governo Estadual construiu o Porto, proporcionando ao local um aspecto de maior salubridade. (SILVA, 2004).

Embora o Plano da Gestão de Montauray tivesse sido pensado sob o ponto de vista de grandes realizações, pode-se dizer que na gestão Octávio Rocha (1924-1928) é que se consegue implementar uma série de obras de grande impacto na organização espacial da cidade. Essas modificações eram pautadas pelos princípios da melhoria das condições de tráfego, do saneamento e do embelezamento (SILVA 2004). Então, a criação de praças de recreação tinha um duplo viés: de saneamento e de embelezamento.

A administração Octávio Rocha possibilitou um tipo de democratização da utilização dos bens culturais produzidos na cidade na direção do que Cunha (2009) considerou como modernização do espaço urbano e possibilidade de integração das camadas populares aos valores e sociabilidades vinculadas, até então, à burguesia.

Assim, o contexto político, social e econômico interfere nas formas de pensar e planejar acerca do espaço público da cidade.

Outro fato importante da gestão Octávio Rocha foi a criação de Políticas Públicas voltadas à recreação nos parques públicos da cidade. Um dos maiores intelectuais que proporcionaram a concretização destas políticas talvez tenha sido Frederico Gaelzer Neto. Ele elaborou um plano de recreação, defendendo que, com o aumento das horas livres, proporcionado pela mecanização, deveria ser utilizada a prática da recreação. Gaelzer aponta para a necessidade das comunidades se organizarem sob a forma de “Conselhos Consultivos de Lazer”, que deveriam dialogar com o poder público e, ao mesmo tempo, buscar em entidades privadas e voluntariados recursos para a manutenção das práticas de recreação (FEIX, 2003).

Em 1927, o Intendente sanciona o decreto nº 108, de 10 de Setembro de 1927, que estipula o percentual de 10% da área de crescimento urbano da cidade para praças jardins e largos (FEIX, 2003).

A partir das formulações de Gaelzer, podemos refletir sobre alguns elementos de políticas públicas debatidos até os nossos dias. O primeiro deles é o processo de participação. Para Gaelzer, não bastava que o poder público prestasse um serviço, era necessário que se criassem instâncias de participação associativista. Vale chamar atenção de que esse associativismo possui uma forte influência do pensamento liberal, para o qual o direito só se consolida a partir do momento em que o cidadão o exerce pela sua participação. É nesse contexto que se criam os clubes das praças descritos por Cunha (2009), que são os organizadores do espaço e que se colocam como intermediadores da relação do poder público com os cidadãos.

A segunda reflexão é a questão do financiamento. Para Gaelzer, o Estado deveria investir recursos públicos na recreação pública. No entanto, é possível perceber que existe uma ênfase em um processo de articulação entre eles: intendência, clubes e voluntários. Com relação ao debate do financiamento, pode-se dizer que as reivindicações de Gaelzer naquele momento, ainda fazem parte da agenda do debate de políticas públicas de esporte e de lazer atuais. Com relação à necessidade de articulação, é manifesto que em tempos de debate de intersetorialidade, essa preocupação ainda se mantém. Além disso, elementos como as relações clientelistas e diáticas (LANDÉ, 1977) entre governantes e governados fragilizam esta articulação, tendo em vista que estas podem modificar as posições dos atores a revelia do objeto da política.

Ainda, e amparado por Feix (2003), é possível dizer que esses movimentos transformaram as praças/parques em espaços de sociabilidade cotidiana para os cidadãos porto-alegrenses³. Porém, é sempre importante frisar que eles estão ligados a uma série de interesses de indução de comportamento e de modificação cultural, alinhados com o paradigma da modernidade.

É possível pensar que a utilização destas práticas corporais se justifica de várias formas dentro da lógica emergente do momento. Em primeiro lugar, dialogam com a formação de um novo homem (trabalhador, cumpridor de seus deveres, manso e produtivo); em segundo, estas atividades também dialogam com a lógica higienista, pois, para ser produtivo, é preciso ser saudável; em terceiro, operam sob a lógica do controle, pois, proporcionando opções de lazer ordeiras e saudáveis, estes trabalhadores não correm o risco de se afastarem do trabalho por vícios ou doenças adquiridas em seu

³ Um bom exemplo da importância destes espaços públicos é a publicação do site www.portoalegre.tur.br que aponta os locais turísticos da cidade. Nesta relação, são citados 14 lugares, sendo que 10 são espaços de convivência pública a céu aberto e 7 são parques da cidade. Disponível em: http://www.portoalegre.tur.br/pontos_turisticos/porto_alegre-21-2-16.html Acesso em: 08 maio 2014.

período extralaboral, muito pelo contrário, o ganho 'físico' proporcionado por estas práticas melhora a produtividade dos mesmos.

Justificativas para políticas de esporte dessa natureza - utilitárias - são recorrentes tanto na população como em seus formuladores. Os atores políticos justificam o esporte como um benefício para outros objetivos (provavelmente mais nobres, sob o ponto de vista simbólico), mas raramente o esporte e o lazer são compreendidos como um fim em si mesmo.

Na década de 1970, foram criados os centros de comunidade, sobre os quais a professora Rosane Molina (2004) realiza interessantes reflexões no que diz respeito ao processo de participação. Do ponto de vista do projeto pedagógico, são apontados quatro momentos distintos:

O Projeto Centro de Comunidade foi sustentado por três diferentes ideários: o esportivismo mundial e nacional (período 1969-1974), as proposições da educação física popular e a pedagogia do lazer (período 1975-1977). Depois de 1977, há uma ausência de proposta teórico-metodológica até o ano 1992, quando há um esforço por parte dos gestores municipais no reordenamento institucional, sem sucesso evidente. De 1992 até os quatro primeiros meses de 1995, época em que me dediquei ao trabalho de campo, interpretando as próprias narrativas dos atores colaboradores, foi um período em que, cada um, isoladamente ou de forma coletiva, trabalhou com bases teóricas construídas na própria experiência. Conforme as palavras dos entrevistados: desde 1977, entre os heróis e os corporativos, nós, “os educadores” vamos sobrevivendo como podemos (MOLINA, 2004; p.16).

Essa descrição dos centros de comunidade aponta também para a inserção da população no processo de participação na gestão da política. Se até as gestões da frente popular pode-se dizer que houve propostas heterogêneas, é a partir deste momento histórico da cidade que se criam instituições e situações em que se difunde o princípio da participação.

O advento das gestões da Frente Popular na cidade, entre os anos de 1989 e 2004, proporcionou uma experiência de participação descentralizada através do orçamento participativo e da consolidação do esporte como um direito e não como um processo acessório a outras políticas.

Com relação ao processo de participação, penso que dois trabalhos são importantes de serem analisados para pensarmos este processo. O primeiro é de Stigger (1992), que relativiza esta noção ao demonstrar que, embora existisse o discurso da participação, a mesma se fazia de uma forma precária. Aponta, ainda, que existiam conflitos entre os utilizadores e os frequentadores dos espaços públicos, e, por vezes, a noção de pertencimento ao bairro entrava em conflito com as noções de pertencimento das praças. Essa descrição aponta para vestígios de que a dinâmica social dentro das praças é atravessada por elementos que transcendem a administração do Parque e que remetem a uma cultura de apropriação do espaço.

O segundo é a tese da professora Silvia Amaral (2003), que faz uma análise mais ampla sobre avanços no processo de participação, principalmente através do Orçamento Participativo (OP). Ela afirma que os recursos, as ações sistemáticas e a infraestrutura aumentaram em função da participação. Penso que esta análise não compreende de que forma se estabeleceram as relações de poder dentro do processo e até que ponto as vontades dos governantes prevaleceram (ou não), em oposição ao que preconiza este mecanismo. Porém, alguns depoimentos contidos nesse estudo apontam para pistas de que existem problemas nesse processo de gestão pública:

No bairro, por exemplo, a classe média não consegue chegar, ou a classe média entre aspas, né, mas o pessoal que já tem a casa, que tem infraestrutura, não consegue usar o espaço de lazer porque tá ocupado por aquele que não tem onde morar, porque aqui ele faz, não só, ele não tá só deitado ali numa visão ascética da coisa, não! Ele fez suas

necessidades básicas na praça também! Tu vais usar uma gangorra, um brinquedo de gangorra lá, tem um monte de fezes em cima, tá. O cara fez sexo também ali e ta tudo sujo, daí tu não consegue utilizar o espaço de lazer, o caso do meu bairro, é assim! Nós temos uma praça muito antiga, a Praça Florida, que era nosso grande cartão, hoje ela não é usada, porque se transformou numa zona de prostituição e tráfico de drogas. (Depoimento oral, 2000 apud AMARAL, 2003, p.165).

Este depoimento e o conjunto de relatos feitos por frequentadores de praças apontam para uma sensação de insegurança dos espaços públicos (WENETZ, 2012). Essa insegurança é mais um elemento que pode ser pensado em uma perspectiva etnográfica, pois vai além da verificação de resultados e passa por uma compreensão de como esses processos culturais se estabelecem.

Outra pesquisa que analisa o processo de participação na consolidação de políticas públicas é o de Hamilton Santos (2003), que faz um resgate comparativo durante as gestões do Partido dos Trabalhadores (PT) na prefeitura de Porto Alegre. Ela aponta a existência de um crescimento tanto na conquista dos direitos como no processo de participação.

Posteriormente, nas gestões Fogaça (2005 - 2009) e Fortunatti (2009 – atual), é possível observar um enfraquecimento do discurso do esporte enquanto direito e um deslocamento para uma dimensão mais utilitarista e, até mesmo em alguns momentos, salvacionista (SCHAFF, 2009). Com o advento de um claro enfraquecimento de participação, a Política Pública de Esporte e Lazer de Porto Alegre é mais pragmática é muito mais preocupada com os bônus eleitorais possíveis de ser adquiridos.

Olhando pelo Microscópio: O Ararigóia e suas Particularidades

O Parque Ararigóia, que iniciou suas atividades na década de 1940, foi consolidado pelo investimento de cidadãos nesse espaço público. Embora fosse um

espaço público, foi pela iniciativa voluntária dos cidadãos que o espaço começou a se estruturar. Algumas informações registradas a partir do trabalho de campo ajudam a compreender esse processo:

Sentado na arquibancada do ginásio ao lado da quadra, este senhor me contou que, em 1941, um empreiteiro resolve aterrar o banhado que tinha no lugar do parque. Passaram quase três anos aterrando, e depois disso o lugar passou a abrigar o campo do sulfábril, o time de futebol do parque. “Naquela época o time de futebol era a estrela do parque”, disse o informante (Diário de campo, 14/03/2012).

Achei impressionante a gratidão deste senhor de quase 85 anos para com quem ele chama de fundador do parque, disse ele: “Foi o Sr. Ari Bernardino da Silva que aterrou este lugar graças a ele ganhamos o parque e um belo time de futebol chamado Sulfábril” (Diário de campo 15/08/2012).

Essa relação do cidadão intervindo no espaço público e responsável pela manutenção do mesmo não só no zelo, mas também no sentido de contribuir, é uma marca presente até os dias de hoje:

Conversando ao lado da cancha de bocha, este participante antigo da comunidade e praticante da atividade me falou: “Pra fazer parte daqui, o cara tem que contribuir, ou seja, ajudar. Só ajudando, contribuindo é que ele faz parte da comunidade, pois passamos por todos os problemas e comemoramos juntos em todas as festividades” (Diário de campo 14/03/2012).

Em nossa primeira relação com o campo, também pude perceber esta certa ética nas falas de um diretor da associação em evento público:

Porém, em vários momentos utilizou a expressão “assumir”, ou seja, para ele é responsabilidade das pessoas que elas assumam a responsabilidade pelo espaço público. [...] Em alguns momentos, pronunciou algumas frases que, a meu ver, queriam proporcionar um efeito positivo: “o parque é do povo, e o povo somos todos nós, logo o parque é nosso”; “para participar as pessoas tem que pagar e quem paga merece bom material”; e “não podemos nos esquecer que são só os adultos que pagam, as crianças não paga nada para participar” (Diário de campo 19/11/2011).

Essa dimensão contributiva como condição de pertencimento ao grupo social está bastante relacionada com princípios da democracia liberal, segundo os quais o cidadão precisa colaborar com a comunidade, e o Estado não necessariamente tem obrigações para com os cidadãos, porém este assegura aos cidadãos o direito civil, a liberdade econômica e a livre iniciativa social (MILL, 2004). Esses princípios são alicerces do associativismo liberal, em que a participação está relacionada a um contrato, neste caso, comunitário.

Durante a década de 1950, houve outro acontecimento significativo para a constituição da comunidade, houve uma intervenção no parque:

A prefeitura interveio no parque e mudou o nome, de Sulfábril para Ararigbóia, a comunidade perdeu o direito de utilizar o parque da forma como queria, e a prefeitura passou a marcar os horários e dizer quem podia e quem não podia usar o campo de futebol. [...] além disso fecharam a bocha e os moradores tinham que ir até o mercado público para marcar os horários, o que fazia com que pessoas de fora, estrangeiros, fossem jogar no nosso campo. A única coisa positiva foi a construção do barracão de madeira (Entrevista com membro da associação 1).

Em 1964, o time dos Veteranos do Ararigbóia foi fundado e com ele uma reivindicação de que se reservasse o sábado à tarde para as atividades do time. O movimento associativista do parque (num sentido mais reivindicatório) se inicia com este momento e com a formação de uma associação ligada à prática de futebol amador. Essa associação faz a disputa do bem coletivo em função de seus interesses de usufruir do parque. É importante notar que o pleito é pontual: garantir a utilização do campo nos sábados pela tarde.

Em 1981, outro fato marcante aconteceu na comunidade do parque. Foi criada a associação do Parque Ararigbóia, que tinha o caráter de representar não só o futebol, mas o parque como um todo. Nesse momento, além do futebol dos veteranos outras

atividades aconteciam no Parque, como o futebol para “a garotada” (nos dias de semana) e a ginástica para as senhoras, que acontecia no barracão de madeira. Essas atividades eram feitas com professores cedidos pela Secretaria de Educação do município e que eram geridos pela Supervisão de Esportes e Recreação Pública, uma vez que ainda não existia Secretaria de Esportes. A associação, em um primeiro momento, serviu para organizar as atividades festivas, e funcionou como um elemento de coesão comunitária:

Um dos integrantes da associação, que possui cabelos brancos e reconhecimento amplo de sua autoridade enquanto representante dos veteranos, fez um breve relato da história da associação, que foi fundada em 06/06/1981, e que o evento em questão era alusivo a data de 30 anos da fundação da associação. Disse ele: “em um primeiro momento, a associação não era tão forte, foi com o passar dos anos que fizemos valer nossa união e que conseguimos melhorar nossa situação” (Diário de campo 19/11/2011).

Outro informante revelou que aquele momento fez com que a comunidade se unisse em torno de uma causa:

Depois de um tempo de conversa, perguntei a este usuário do parque como foi o movimento dos veteranos na década de 1960 e ele respondeu: “foi uma das coisas mais lindas que eu já vi, a prefeitura nos tirou o campo, nós não mandávamos em nada, era uma tristeza, mas depois de muito insistir conseguimos garantir que o sábado a tarde era nosso, dos veteranos” (Diário de campo 10/08/2012).

Ao que parece, num primeiro momento, o sentimento comunitário girava em torno de um patrimonialismo, ou seja, as pessoas que contribuíram teriam ‘mais direito’, pois se apropriaram do bem público para si e não para o uso coletivo. Nota-se, então, uma ausência do Estado na mediação das relações sociais, ou então a máquina burocrática está sob a tutela do poder político elitista.

Segundo Aguiar (2000), o Estado brasileiro, ao contrário de outros de origem anglo-saxã, é caracterizado fortemente pelo patrimonialismo, em que há o domínio da coisa pública por pessoas e grupos privados. Nesses outros países, a construção de uma sociedade civil forte e atuante fez com que se dissolvessem poderes absolutistas e arbitrários de determinadas famílias detentoras de riquezas. Para vários autores, como por exemplo Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda, esta característica se constitui ainda em uma herança cultural do período escravagista.

Nesse momento histórico, o pertencimento a comunidade não está circunscrito a morar perto do Parque, ou então a frequentá-lo. Aqui o que importa é contribuir com a melhoria dele. Embora seja muito claro que esta lógica não atravessa todos os posicionamentos, o trecho de diário de campo que segue retrata o dia de matrícula das atividades, no ano de 2012:

Entrei no ginásio e depois de ser inquirido por um funcionário sobre quem eu era, pude perceber que na quadra estavam posicionadas várias mesas, sendo que as mesmas eram ocupadas por professores e/ou estagiários das respectivas modalidades (yoga, futebol, biodança, etc.), tendo um cartaz feito identificando cada modalidade. Quando cheguei, existiam várias filas, porém, segundo a conversa que posteriormente tive com coordenador do parque, às 9 da manhã, quando iniciaram as inscrições, as filas estavam enormes. Entrando na quadra, pude ver que tinha uma mesa onde se encontravam as pessoas da associação, sendo que vi que naquele lugar se recebia dinheiro. Fiz uma rápida conversa com o presidente da associação, na qual ele repetiu o discurso de que é a participação das pessoas da comunidade e o fato delas se sentirem pertencente ao lugar que faz com que o mesmo seja tão cuidado e preservado. Apresentava a quem quisesse ver a prestação de contas, mas também reiteradamente dizia que isso tudo tem custo e que, para participarem do parque, era importante pagarem as taxas para associação (Diário de campo 08/03/2012).

Peguei dois senhores de mais ou menos 60 anos discutindo sobre quem era mais dono do parque. Um argumentava que por fazer ginástica há mais de quinze anos, e por já ter ajudado o parque por diversas vezes em festas e reivindicações, ele era mais dono do parque do que o seu debatedor. O outro retrucava que, por diversas vezes, ajudou a trocar tela e até mesmo a comprar material, como lâmpadas e colchonetes - assim, tinha mais legitimidade de se dizer dono do parque. Esta conversa em tom de brincadeira, a meu ver, denota um

sentimento de que a legitimidade do pertencimento se consolida com a contribuição voluntária (Diário de campo 08/03/2013).

Essas lógicas patrimonialistas são constituídas de maneira simbólica e histórica. Em função das diversas necessidades de manutenção e de demandas estruturais, pessoas que “resolviam o problema” tinham maior distinção dentro do Parque. A versão de democracia apresentada transforma a contribuição não só como fator de aumento de capital simbólico, mas sim em obrigação a todos. Esta transformação, de quantidade de contribuição para tempo de contribuição, altera os elementos simbólicos de distinção. É possível fazer uma interpretação de que não há clareza do que é público e do que é privado, de que há certa ‘quintalização’ do Parque a partir do sentimento de posse das pessoas que o ocupam há mais tempo e que fazem parte da gestão do parque.

Em um segundo momento, emergem relações de poder elitista/realista, pautadas pela racionalização dos processos de administração pública, tornando o burocrata como detentor de poder, pois ele faz parte da elite estatal que toma as decisões. Se antes uma espécie de coronelismo detinha o poder, agora o funcionário público legitimado por uma normatização legal assume esse lugar (FEDOZZI *et al.* 2012). Os trechos que seguem procuram retratar este sentimento por parte de funcionários públicos em relação à autoridade no Parque:

Depois de se indispor com algumas pessoas da bocha, com relação ao uso coletivo do espaço da churrasqueira, um professor do parque disse que, embora eles estejam organizados em associação, ele é o funcionário público concursado e responsável pelas atividades do parque. Por compreender e por pensar no bem de todos e não só dos integrantes da bocha, faria com que quem não colaborasse fosse suspenso das atividades, pois *ele tinha o poder e a palavra dele era lei* (Diário de campo 12/10/2012- grifo nosso).

Esse negócio de cogestão é muito bonito, mas *no fim das contas quem é a autoridade aqui somos nós* os professores, somos nós que vamos responder inquérito administrativo se algo não for feito do jeito certo. Somos nós que determinamos o que pode e o que não pode e como as

coisas devem ser feitas, somos nós que entendemos da parte pedagógica e temos o conhecimento técnico de como as coisas são (Entrevista com professora 1 - grifo nosso).

A noção elitista de democracia e conseqüentemente de participação na vida democrática possui dois principais autores: Max Weber e Joseph Schumpeter. Eles apontam que a democracia e a participação não são garantidoras do bem comum, o que pode ser evidenciado na interpretação de Avritzer sobre este tipo de lógica democrática:

A perspectiva de que a facticidade do ideal democrático poderia ser avaliada pela análise da compatibilidade entre o ideal da democracia [soberania popular] e certos processos objetivos cada vez mais evidentes nas sociedades européia e americana do começo do século (AVRITZER, 1996, p. 103).

A grande questão é que, em Max Weber, a saída racional para a complexificação do Estado proporcionada pela modernidade se dá a partir da ratificação da importância da burocracia como forma de governo. Isso decorre da análise que faz sobre os motivos subjacentes da divisão de classes:

Diversamente da tradição teórica marxista, que entendia a separação ocorrida entre os trabalhadores e os meios de produção como produto da ordem burguesa, Weber interpretou essa nova ordem por meio do tema da crescente burocratização, em função do aumento da complexidade e da superioridade requerida pelo processo de instauração do Estado moderno (racional-legal). Diverge, assim, do diagnóstico marxista da democracia que supunha a soberania popular como dependente da separação entre trabalhadores, meios de produção e administração gerada pelo modo de produção capitalista. Para Weber, tal separação representou um fenômeno mais amplo, associado à crescente complexidade das sociedades modernas e à sua exigência de transferência dos meios de administração e produção para o controle dos funcionários especializados. Ninguém mais do que ele diagnosticou e prognosticou o aumento da burocratização como realidade de Estado moderno e do conseqüente aumento do controle sobre a vida dos indivíduos, indiferentemente da forma de produção capitalista ou socialista (FEDOZZI, 2002; p.68).

Nessa lógica, quanto mais complexo é o Estado e suas atribuições, mais preparadas devem estar as pessoas para participar. Aqui o critério de participação se dá

a partir de um caráter elitista, uma vez que a participação está condicionada a especialização, proporcionando separação entre população e administração. A cidadania aqui está restrita a direitos políticos, sobretudo através do voto, porém não há em Weber uma noção de controle social, uma vez que os burocratas seriam as pessoas mais qualificadas para entender o funcionamento do Estado (AVRITZER, 1996).

Para Schumpeter, há na democracia uma contradição no que se relaciona a forma e ao conteúdo, a questão principal circula em torno da seguinte pergunta: Como soberania popular e bem comum poderiam caminhar harmoniosamente? Para ele, o povo não estava preparado para compreender as lógicas de funcionamento do Estado. Schumpeter aponta para a democracia como uma forma de convivência humana e deveria ser vivenciada pelo cidadão comum apenas no período eleitoral (SANTOS E AVRITZER, 2005).

Logo, tanto em Weber quanto em Schumpeter a democracia não se constitui como um princípio ético; ela é uma forma racional de lidar com uma configuração conjuntural, segundo a qual era preciso acomodar pensamentos diferentes sem que isso acarretasse em prejuízos para o bem comum e para a ordem social. É justamente por esse motivo que a democracia nesses autores é sempre representativa e constitui-se na legitimação da representação amparada por uma lógica jurídica. Quando a prefeitura assume a gestão do Parque, ela rompe com o patrimonialismo, porém institui um princípio elitista, em que cabe a um servidor público (neste caso distante dos locais onde a democracia se materializaria) que dá expedientes no mercado público no centro da cidade, o direito de arbitrar, a partir de uma racionalidade específica, quem deve (e como deve) ou não utilizar o parque.

Em um terceiro momento, a hegemonia burocrática, que possui racionalidade administrativa, fica desconexa em relação ao contexto político. Surge, então, outra lógica, a pluralista. Nesse tipo de organização, grupos sociais disputam coletivamente bens coletivos e cabe ao Estado mediar essas disputas. É lógico que esta mediação é interessada (BOURDIEU, 1997) e leva em conta capitais políticos, que esses grupos sociais precisam possuir legitimação neste campo para serem eficientes nesta disputa. Sobre isso, dizia um dos participantes da pesquisa:

Quando eu era presidente, a gente solicitava abertura de novas turmas e grupos a partir das demandas, ou seja, quando alguém me procurava e dizia que queria abrir um grupo de alguma atividade via se realmente aquelas pessoas pertenciam a comunidade, se tinham um grupo forte, que pegava junto e que iria ajudar o parque a melhorar, aí sim eu como presidente da associação propunha a abertura de um novo grupo (Entrevista com membro da associação 1).

Esse pluralismo se constitui enquanto teoria no período pós 2ª guerra mundial e é protagonizado por pensadores de origem norte-americana. Os pluralistas procuraram compreender a participação democrática no contexto dos países capitalistas ocidentais:

Os pluralistas concordam com alguns pressupostos do elitismo democrático. Argumentam, todavia, que as tendências à centralização do poder – seja pela administração burocrática e/ou pelas elites são limitadas pela presença de múltiplos grupos de interesse. Segundo a teoria pluralista, as políticas de governo em uma democracia são influenciadas por contínuos processos de negociação entre numerosos grupos que representam diferentes interesses: patronais, sindicais, grupos étnicos, organizações ecológicas, grupos religiosos etc. (FEDOZZI, 2002; p. 73).

Existem duas principais discordâncias entre os elitistas e os pluralistas: a superação da relação idealismo/realismo e a preocupação com a qualidade da democracia. A análise elitista dos modelos clássicos de democracia, discutidos por Rousseau e Mill, apontava para uma perspectiva idealista, tendo em vista que era um

princípio e não uma solução racional para problemas da sociedade. Aliás, nos autores clássicos, o funcionário público não passa de um seguidor dos desejos do povo, como aponta Rousseau:

Rigorosamente falando, nunca existiu verdadeira democracia nem jamais existirá. Contraria a ordem natural o grande número governar, e ser o pequeno governado. É impossível admitir esteja o povo incessantemente reunido para cuidar dos negócios públicos; e é fácil de ver que não poderia ele estabelecer comissões para isso, sem mudar a forma da administração (ROUSSEAU, [s/d]; p.94)

Se em Rousseau a verdadeira democracia não admite representação, por outro lado o mesmo expõe dificuldades operacionais desta. Em Mill os funcionários públicos eram os legítimos representantes da vontade do povo, extrapolando a dimensão de trabalhador assalariado. Para ele, é muito importante que o homem comum tenha representação, por exemplo, no judiciário. Participando de decisões colegiadas ela, a representação, se constitui cívica e educacionalmente:

Para o cidadão comum, a dimensão moral oferecida pela participação nas funções públicas é bastante salutar. Ele é chamado para pensar os interesses coletivos; para ser guiado, em caso de reivindicações conflitantes, por outra regra para além de suas parcialidades privadas; a aplicar, em cada rodada de debate, princípios e máximas aos quais defende como bem geral; ele geralmente encontra, associado com ele nas mesmas formas de pensar, pessoas mais familiarizadas com essas idéias e operações, cujo estudo será para fornecer razões para a sua compreensão e estímulo a esse sentimento para o interesse geral (MILL, 2004; p. 26 [tradução livre, original em rodapé⁴]).

⁴Still more salutary is the moral part of the instruction afforded by the participation of the private citizen, if even rarely, in public functions. He is called upon, while so engaged, to weigh interests not his own; to be guided, in case of conflicting claims, by another rule than his private partialities; to apply, at every turn, principles and maxims which have for their reason of existence the general good; and he usually finds associated with him in the same work minds more familiarized than his own with these ideas and operations, whose study it will be to supply reasons to his understanding, and stimulation to his feeling for the general interest.

Para os elitistas/realistas, Weber e Shumpether, a democracia não é um princípio mas a melhor maneira de lidar com a complexidade do mundo moderno, logo eles se opõem a Rousseau e Mill apontando os mesmos como idealistas.

Para os pluralistas, a democracia é princípio e solução racional ao mesmo tempo. Por outro lado, há um grau de normatividade com relação à qualidade da democracia, ou seja, até que ponto existe equilíbrio entre os grupos sociais que estão disputando a hegemonia política.

Para Dahl⁵ (1971), “[...] a democracia é a competição entre grupos e facções” (*apud* FEDOZZI, 2002 p.74) e, nessa lógica, constituem-se poliarquias. A qualidade da democracia se daria, entre outros critérios, na sua capacidade de submeter a população ao processo de participação nos períodos pré-eleitorais, fazendo com que essa participação não se restrinja ao processo eleitoral. Nesse cenário, a democracia se constitui na disputa por força política e não na tentativa de constituição de um consenso. Outra dimensão que aponta para a qualidade da democracia se refere ao equilíbrio da disputa, pois, a partir do momento que determinados grupos detêm a hegemonia dos recursos (sejam materiais, ou pessoais) envolvidos na disputa, esta mesma perde o sentido. Quando o colaborador relata que para abrir-se um novo grupo era necessário que este tivesse representatividade (“um grupo forte”), ele está operando com uma noção pluralista de participação.

Dentro desse contexto, fica muito claro um processo de hibridização dos comportamentos sociais (CANCLINI, 1997) no local pesquisado. Podemos ver, em momentos distintos, que a história daquele espaço de lazer fez com que houvesse uma coexistência de formas diferentes de compreender e se portar no Parque. Mais adiante,

⁵DAHL, Robert. **Participation and opposition**. New Haven, Yale University Press, 1971.

pretendemos discutir como estas lógicas interferem no processo de gestão do Parque nos dias de hoje. Por enquanto, acreditamos ser importante demonstrar essa ocorrência.

A Participação no Ararigbóia - Um Pouco da sua 'História'

Na década de 1990, outro acontecimento muito importante atravessa a história do Parque Ararigbóia: são as administrações populares dos governos do PT entre 1989 e 2004. Estas trouxeram grandes modificações para a estrutura e para a cultura política de participação da comunidade a partir de espaços institucionalizados. São incontáveis os trechos de diário de campo em que as pessoas fazem referência a esse período histórico no Parque e como isso foi transformador no que se refere às possibilidades de atuação democrática. Embora o processo de participação no Orçamento Participativo (OP) seja uma construção histórica, ou seja, o envolvimento dos representantes do Parque no processo tenha sido algo gradual, julgamos ser importante descrever essa participação na relação entre o simbólico e o material, como fato social total (MAUSS, 2003).

De um ponto de vista mais objetivo, o processo de participação no OP resultou em construção e melhorias no Parque, das quais as mais significativas foram: a construção do ginásio, a construção dos vestiários e a iluminação do campo de futebol. Por estarmos pensando na construção histórica do parque sob o ponto de vista simbólico, cabe aqui fazer um alerta de que a intenção aqui não é fazer uma história do tipo data/fato, tampouco confrontar informações com registros documentais. O que interessa é compreender como simbolicamente estes acontecimentos resultaram em uma narrativa sobre o fato ao qual estamos descrevendo. Muitas vezes, as informações são conflitantes, como, por exemplo, o número de reuniões necessárias para se consolidar as

edificações no processo do OP⁶. Não nos interessamos em saber o número exato de reuniões, ou então confrontar essas informações, procurando as suas atas, até porque é bem provável que estas tenham sido feitas apenas em ocasiões especiais. O que importa é que existe um sentimento unânime de que foram muitas as reuniões e que, nessas ocasiões, o sentimento de reforço do trabalho coletivo foi forjado. Essa narrativa serve como forma de construção de solidariedade com relação à causa. Logo, a ideia não é fazer um relato histórico, mas sim um relato etnográfico sobre fatos históricos, tendo em vista o significado ímpar que esse momento proporcionou.

Com relação à construção do ginásio, destacam-se alguns trechos dos diários de campo:

Conversando na secretaria, entra uma senhora para pedir informações sobre a aula de musculação e um professor disse a ela que estávamos conversando sobre a construção do ginásio. Foi então que ela disse o seguinte: “Estávamos tendo aula de ginástica em um galpão caindo aos pedaços e o presidente da associação da época nos colocou que existia uma possibilidade da gente pedir a reforma do galpão, começamos a participar das reuniões e percebemos que era possível reivindicar a reforma naquele espaço, depois de um tempo nos falaram que não dava pra fazer reforma porque o galpão era muito judiado. Então começamos a luta pra conseguir o ginásio” (Diário de campo, 24/08/2012).

Estava no sábado à tarde assistindo a um jogo dos veteranos e surgiu ao meu lado um Sr. de cabelos brancos, que parecia ser uma pessoa representativa no parque, porque, a todo o momento, ficava falando com quase todo mundo e via que as pessoas o procuravam para se informar. Me apresentei a ele e de imediato ficou interessado. Perguntei sobre a placa de inauguração que fica no corredor de entrada do ginásio e ele falou assim: “Essa placa tem que ficar aí pra ver o quanto nos somos fortes quando nos unimos, esta placa representa que a comunidade quando se escuta e se entende pode achar um jeito de melhorar a nossa própria vida”. Me chamou atenção o sentimento de orgulho e uma certa reiteração da importância da união da comunidade (Diário de campo 25/08/2012).

⁶ Alguns informantes dizem que foram cerca de 100 reuniões, outros dizem que foram 600, outros 700 e encontramos outra pessoa que disse que foram mais de mil reuniões em 10 anos.

Entrando na aula de ginástica, que ocorreria na quadra, perguntei a uma senhora, que já conhecia há algum tempo, como havia sido a construção do ginásio e ela respondeu assim: “Fomos nós as mulheres da terceira idade que conseguimos um lugar decente para a gente ter nossa ginástica e ficarmos saudáveis e bonitas, porque nos somos lindas né, às vezes nossos maridos não entendiam porque saíamos à noite, naquelas noites frias. Depois de construído o ginásio, eles tiveram que dar o braço a torcer e muitos deles agora são mais atuantes do que a gente naquela época”(Diário de campo 29/08/2012).

O que fica claro, em um primeiro momento, é que o orçamento participativo representa uma narrativa sempre positiva, em que existe um sentimento simbólico do bem, mas ele é também significado como espaço de aprendizagens sociais:

Eu, antes de começar a participar do Orçamento Participativo, não sabia que existia secretaria de planejamento, nem o que era orçamento, nem projeto arquitetônico, muito menos o que fazia a secretaria de obras, tinha dificuldade de puxar assunto com alguém que não conhecia, fui aprender estas coisas depois dos 60 anos no OP (Diário de campo 29/08/2012).

Eu acho que este processo pelo qual passamos nos ensinou a ser mais gente, a participação nas coisas da cidade nos educou, acho que o OP é a manifestação clara de uma cidade educadora, onde se aprende não só na escola, mas se aprende sobre as coisas da cidade (Entrevista com membro da associação 1).

Esse otimismo, apresentado pelas pessoas as quais relatei, não é totalmente aceito pelos pesquisadores que estudaram o OP. Em particular, a obra do professor Luciano Fedozzi (2002), que vem estudando o OP de Porto Alegre desde a sua implantação, nos mostra que os processos decisórios estão pautados por lógicas que não necessariamente traduzem este processo como totalmente virtuoso. Ele aponta que sempre existiu uma participação significativa do governo nas assembleias e que as mesmas não eram feitas sem ele. Além disso, a compreensão de como funcionavam as regras do jogo por parte de alguns atores era decisiva para que pessoas ocupassem lugares privilegiados no processo do OP.

Fui lá, no mercado público, com um monte de senhoras do alongamento. Chegando lá não sabia o que fazer, estavam escolhendo delegados. Perguntei a um Sr. que estava ao meu lado quem é o bom aqui? E ele apontou com o dedo. Depois ele ficou falando e eu comecei a discordar dele, mas vi que tinha um jeito certo de falar as coisas, toda hora alguém gritava ‘questão de ordem’ eu não sabia nada destas coisas. Com o passar do tempo ao invés de perguntar para as pessoas quem era o bom, as pessoas passaram a me perguntar quem era o bom, porque eu havia aprendido como funcionava aquele jogo (Entrevista membro da associação 1).

Fedozzi (2002) aponta, ainda, que essas pessoas que detinham maior capacidade de circular dentro desse espaço acabavam construindo as negociações e que, em função disso, compunham uma elite dentro do processo de participação. Esses acontecimentos estão de acordo com um tipo de democracia pluralista, em que se desconstituiu o burocrata como detentor do poder, mas os acordos políticos acabam acontecendo a partir de outras relações de disputa. Com o passar do tempo, cada vez menos se discute o mérito das demandas e cada vez mais se torna uma disputa para ver quem consegue levar mais gente para levantar a mão na hora da votação.

Quando fomos reivindicar a iluminação do campo de futebol, não conseguimos levar a quantidade de pessoas suficiente para isso, mas tínhamos levado bastante gente. Então fizemos um acordo com o outro campo que nós apoiariamos a demanda deles e que no ano seguinte eles nos apoiariam, e foi assim que as coisas deram certo, assim que conseguimos a iluminação do campo que está até hoje (Entrevista membro da associação 2).

Outro fato a se pensar, com relação ao OP, é a total falta de respaldo que essa instância possui nos dias de hoje:

Quando perguntei sobre o OP um professor me falou: “Hoje não vale mais a pena participar do OP, não existe recurso pro esporte, e quando se consegue aprovar alguma coisa, eles vêm e dizem que a secretaria não tem dinheiro para bancar a demanda. É pura enganação, desde que o PT saiu do governo o OP é uma piada” (Diário de campo 29/08/2012).

Enquanto esperávamos pela audiência pública na câmara de vereadores perguntei a uma senhora que já havia visto praticando ginástica no parque sobre o OP, ela disse que “Depois que o PT saiu

do governo ficou muito mais difícil de conseguir as coisas, o OP ficou esvaziado, o que precisamos é aumentar o orçamento da secretaria” (Diário de campo 23/10/2012).

Ao mesmo tempo em que o OP se constituiu simbolicamente como espaço de uma democracia participativa significativa, ele hoje não é visto com bons olhos pela comunidade, uma vez que esta não se vê mais representada nele.

Outro elemento bastante importante é que, se antes descrevemos empiricamente fragmentos de patrimonialismo, elitismo e pluralismo, aqui fica muito clara uma intenção de democracia participativa, segundo a qual a ideia é se ampliar os espaços de participação direta em detrimento da participação representativa. A democracia participativa propunha uma radicalização da participação, cujo foco central se dá a partir da construção de outra sociedade, a ‘sociedade participativa’:

Hávamos considerado a possibilidade de se constituir uma sociedade participativa em relação a apenas uma área, a da indústria. No entanto, uma vez que a indústria ocupa um lugar de importância vital na teoria da democracia participativa, isso é suficiente para estabelecer a validade ou pelo menos a noção de uma sociedade participativa. A análise do conceito de participação apresentado aqui pode se aplicar a outras esferas, embora as questões empíricas suscitadas pela extensão da participação a outras áreas além da indústria não possam ser consideradas. Não obstante, pode ser de alguma utilidade indicar brevemente algumas das possibilidades nesse sentido (PATERMAN, 1992; p.142).

Sustentando sua argumentação em Mill; Rousseau e Cole, Paterman aponta para a dimensão pedagógica da participação, em que a melhor forma para aprender a se tornar um cidadão pleno é fazer com que ele participe da vida política:

O homem comum poderia ainda se interessar por coisas que estejam próximas de onde mora, mas a existência de uma sociedade participativa significa que ele estaria mais capacitado para intervir no desempenho dos representantes em nível nacional, estaria em melhores condições para tomar decisões de alcance nacional quando surge a oportunidade para tal, e estaria mais apto para avaliar o impacto das decisões tomadas pelos representantes nacionais sobre

sua própria vida e sobre o meio que o cerca (PATERMAN, 1992; p. 147).

Embora a proposta tenha uma retórica de radicalização da participação e da democracia, essa teoria teve poucos desdobramentos de estudos empíricos, pois de certa forma, foi ‘atropelada’ pela teoria da democracia deliberativa. Proposta por Habermas, essa teorização compreende que a formação da esfera pública é o local adequado para que sejam tomadas as deliberações sobre os rumos das políticas. Nesta o debate é tão importante quanto a votação ou a imposição das decisões.

Disse o professor de musculação: “A gente faz muita reunião, reúne com pai e mãe, com as turmas com as pessoas que têm demandas novas, procuramos sempre mostrar o que é possível e o que não é, e por fim sempre tentamos construir uma saída junto para os problemas. É muito difícil a gente não chegar a bons acordos, pois é assim, é junto com a comunidade que a gente faz a gestão do parque, é junto da comunidade que ela faz o parque ser melhor” (Diário de campo 16/03/2012).

Isso ficou bastante claro na observação de uma reunião, nesta a pauta era fazer as definições da distribuição dos horários das quadras para os usuários mensalistas:

Yan queria dois horários, fato este que o coordenador não permitiu, justificando que, se o ginásio é público, uma maior quantidade de pessoas deve utilizá-lo, e o fato de um mesmo grupo ocupar dois horários, mesmo que pagando, faz com que este princípio se esvazie. Porém, afirmou que se o horário estiver vago o grupo poderá utilizá-lo na condição avulsa e não de mensalista (Diário de campo 05/03/2012).

O ponto de vista do bem público como algo de todos ficou preservado ao não proporcionar que um grupo monopolizasse o ginásio, porém essa postura foi construída de forma deliberativa, oportunizando o diálogo e uma saída intermediária. Fragmentos de democracia deliberativa emergem aos nossos olhos, tendo em vista que:

“Deliberação” é uma categoria normativa que sublinha uma concepção procedimental de legitimidade democrática, segundo Habermas. Esta concepção normativa gera uma matriz conceitual diferente para definir a natureza do processo democrático, sob os

aspectos regulativos (ou exigências normativas) da publicidade, racionalidade e igualdade. Embora também tenha um caráter empírico-explicativo, a ênfase da concepção habermasiana de democracia procedimental assenta no caráter crítico-normativo. A concepção procedimental de democracia é uma concepção formal e assenta nas exigências normativas da ampliação da participação dos indivíduos nos processos de deliberação e decisão e no fomento de uma cultura política democrática. Por ser assim, esta concepção está centrada nos procedimentos formais que indicam “quem” participa, e “como” fazê-lo (ou está legitimado a participar ou fazê-lo), mas não diz nada sobre “o que” deve ser decidido. Ou seja, as regras do jogo democrático (eleições regulares, princípio da maioria, sufrágio universal, alternância de poder) não fornecem nenhuma orientação, nem podem garantir o “conteúdo” das deliberações e decisões (LUBENOW, 2010; p.232).

Ao utilizar a formulação do hibridismo, procuramos trazer elementos empíricos que apontam várias noções de participação democrática. Embora a noção de democracia deliberativa tenha um alto grau de normatividade, o que a torna mais utópica, ela está presente no discurso e na forma das pessoas se portarem coletivamente. A ideia aqui não é dizer que o Parque Ararigóia seja ‘o modelo de democracia deliberativa nas políticas de esporte e lazer no Brasil’, mas sim afirmar que a construção histórica e identitária proporcionam experiências que em algum momento estão relacionadas aos diferentes modelos de democracia.

Do ponto de vista teórico, procuramos, ao longo do texto, demonstrar que existem concepções de democracia e que, para cada uma dessas concepções, apontam para formas de participação da população. O Quadro que segue procura fazer uma síntese deste debate:

Quadro 1 - a participação nas teorizações sobre democracia

Perspectiva democrática	Participação do cidadão comum	Papel do Estado/burocratas
Clássico	Determinar através da participação pública a gestão do bem coletivo.	Executar as determinações do povo.
Elitista/realista	Votar em representantes que ocuparão espaços de poder. Aqui o voto é visto como uma procuração.	Determinar as ações nacionais, amparado por representatividade legitimada no voto.
Pluralista	Organizar-se em grupos sociais que disputam a sociedade.	Acolher as demandas dos grupos de acordo com a correlação de forças vigente.

Participativa	Participar da maior quantidade possível de espaços de tomada de decisão.	Proporcionar estruturas que possibilitem a participação direta da sociedade.
Deliberativa	Respeitar os princípios dos direitos civis e participar da esfera pública, contribuindo comunicativamente com argumentos racionais.	Proporcionar estruturas que possibilitem a participação do cidadão na esfera pública, bem como o acolhimento destas decisões no tensionamento com o Sistema.

Considerações Finais

Acreditamos ser importante fazer este movimento teórico, pois muitas vezes vemos a democracia sendo chavão de campanhas eleitorais dos mais diferentes tipos: síndico, chefe de departamento ou Presidente da República. Por outro lado, é possível ver, mesmo em trabalhos acadêmicos, essa noção sendo utilizada indiscriminadamente e de forma classificatória, ou seja, determinado espaço é ou não democrático, determinada política é ou não democrática.

A constituição dos direitos sociais aponta para um processo de ampliação do acesso ao esporte e ao lazer, algumas pessoas tomam isso como democratização, pois proporciona a participação de mais pessoas enquanto usuários de uma política. Se utilizarmos um ‘óculos teórico’ elitista/realista, é possível confirmar a afirmativa. Porém, se utilizarmos um ‘óculos teórico’ da democracia participativa, o acesso da população não garante sua participação (STIGGER, 1998), e essa prática seria refutada como algo democratizante. É por isso que julgamos ser importante ter a preocupação com as narrativas sobre participação, pois as mesmas, pelo menos no trabalho de campo, se constituem de forma heterogênea e o cenário e a cultura política da particularidade é fundamental para compreender estes processos.

Procuramos, através de informações produzidas em campo, ‘retratar’ como a constituição histórica está presente no cotidiano, e a realidade observada e interagida é resultado deste processo. Acreditamos que o exercício realizado a partir das informações produzidas em um trabalho empírico denso possam dialogar com o campo

acadêmico provocando o debate e por consequência algum tipo de avanço para o campo.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Soc. estado**. v.15, n.2 Brasília jun./dez. 2000.

AMARAL, Silvia Cristina Pereira. **Políticas públicas de lazer e participação Cidadã: Entendendo o Caso de Porto Alegre**. Tese (doutorado) - apresentada no programa de Pós-graduação em Educação Física da universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

AVRITZER, L. **Moralidade da democracia**. Ensaio em teoria Habermasiana e teoria democrática. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. São Paulo: Papirus, 1997.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 1997.

CUNHA, Maria Luisa. **As práticas Corporais e Esportiva na Praças e Parques Públicos de Porto Alegre (1920 – 1940)**. Dissertação (mestrado) - Ciências do Movimento Humano - UFRGS, 2009.

DAHL, Robert. **Participation and opposition**. New Haven: Yale University Press, 1971.

FEDOZZI, Luciano. **Cidadania e Cultura Política**. Doze anos de governo participativo em Porto Alegre (1989-2000). Tese (Doutorado) - defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2002.

_____. *et al.* Participação, cultura política e cidades. **Sociologias**, v.14, n. 30, maio/ago. 2012.

FEIX, Eneida. **Lazer na cidade de Porto Alegre do início do Século XX: a institucionalização da recreação pública**. Dissertação (Mestrado) - defendida no Programa de Pós-graduação em Ciências do Movimento Humano na Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

LANDÉ, Carl H. "Introduction. The dyadic basis of clientelism". In: SCHIMIDT, Steffen W. *et al.* **Friends, followers and factions: a reader**. Berkeley: University of Carlifornia Press, 1977. p. 13-37.

LEACH, Edmund Ronald. **Sistemas Políticos da alta Birmânia**: um estudo etnográfico da estrutura social Kachin. São Paulo: Edusp, 1996.

LORIS, Fabiana. **Com os olhos no futuro**: urbanização e modernidade no projeto editorial da Revista do Globo (1929–1935). Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em História da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

LUBENOW, J. A.. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos (online, print). **Kriterion**, v. 121, p. 227-258, 2010.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Nasif:2003.

MAZO, Janice; GAYA, Adroaldo. As associações desportivas em Porto Alegre (Brasil): espaço de representação da identidade cultural teuto-brasileira. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**. Porto, v.6, n. 2, p. 205 -216, 2006.

MILL, John Stuart. **Considerations on Representative Government**. Ebook. Disponível em: <http://www.dominipublico.gov.br/download/texto/gu005669.pdf>
Acesso em: 24 ago. 2014.

MOLINA, Rosane Maria Kreuzburg. A participação cidadã nos marcos das políticas de lazer: implicações e protagonismos O caso do Projeto Centro de Comunidade, na cidade de Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.11-37, maio/agosto de 2004.

PATERMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROUSSEAU. Jean Jaques. **Do Contrato Social**. Ebook. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>.

SCHAFF, Ismael Antonio Bacelar. **Formação permanente e suas relações com a prática do professor de educação física na Secretaria Municipal de Esportes Recreação e Lazer de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Porto Alegre, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa e AVRITZER, Leonardo. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Hamilton. **A democratização do Esporte e do Lazer em Porto Alegre**: um estudo das políticas públicas do período 1989 a 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano da UFRGS. Porto Alegre 2003.

SILVA, Débora Bernardo da. **O planejamento urbano e a administração popular de Porto Alegre**: discursos e práticas. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS. Porto Alegre, 2004.

STIGGER, Marco Paulo. **Administração de Parques Públicos e Democracia: um estudo de caso na área de políticas públicas para o lazer numa perspectiva democrática.** Dissertação (Mestrado) - Educação Física. Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1992.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; ou subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: "são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?". **Motrivivência**, v. 10, n. 2 1998.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: _____. **A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo.** Campinas: Papyrus Editora, 1998. p. 129 – 145.

WENETZ, Ileana. **Presente nas aulas ausentes nas ruas: brincadeiras de crianças marcadas pelo gênero e a sexualidade.** Tese (Doutorado) - Ciências do Movimento Humano pela UFRGS, 2012.

Endereço dos Autores:

Leandro Forell
Escola de Educação Física
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Felizardo, 750 Jardim Botânico
Porto Alegre – RS – 90.690-200
Endereço Eletrônico: lforell@hotmail.com

Marco Paulo Stigger
Escola de Educação Física
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rua Felizardo, 750 Jardim Botânico
Porto Alegre – RS – 90.690-200
Endereço Eletrônico: stigger.mp@gmail.com